

13 JUN 1990

GAZETA MERCANTIL

*Orçamento*

# Equilíbrio orçamentário da União dependerá de maiores cortes nos gastos

por Ivanir José Bortot  
de Brasília

O governo terá que aprofundar os cortes de gastos para garantir, neste ano, um equilíbrio nas contas do orçamento geral da União, um dos componentes importantes do conceito operacional das contas públicas. Os principais cortes deverão ocorrer nos investimentos das empresas estatais (cujos gastos compõem o orçamento da União), da ordem de Cr\$ 350 bilhões (representando 1,4% do Produto Interno Bruto), Cr\$ 150 bilhões de economia adicional com as despesas de custeio e investimentos da máquina administrativa, e outros Cr\$ 150 bilhões de cortes com gastos na folha de pagamentos (conforme as medidas já aprovadas pelo Congresso Nacional), cujo reajuste de salários para este ano está previsto em zero.

O diretor do departamento de orçamento da União do Ministério da Economia, Claudio Forghiere, deverá concluir a revisão orçamentária ainda nesta semana, cujo cenário mais realista prevê um empate entre receitas e despesa, com um déficit zero. Outros cenários, menos factíveis, pressupõe um superávit de 1% e 2% do PIB. A decisão final sobre a revisão das contas da administração direta e empresas estatais, importante para dar o contorno final à meta de ajuste fiscal para este ano (onde entram os Estados e Municípios, Previdência Social, entre outras), ficará a cargo da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Até o final do mês a segunda parte do novo orçamento será encaminhado para o Congresso Nacional, para aprovação ou não.

"Para a montagem de um orçamento com superávit teríamos que aprofundar os cortes nos gastos públicos, ou aumentar as receitas", explicou o titular de departamento de orçamentos da União, Claudio Forghieri.

O departamento de orçamento da União vem procurando através de uma revisão nos gastos de custeio das despesas da máquina administrativa, nos investimentos de capital e uma reavaliação da dívida mobiliária interna e dívida externa, reverter para zero um déficit público da ordem de 7 a 8% no orçamento inicial para 1990.

A redução das despesas com o custeio da máquina

administrativa vem sendo garantida com a realocação dos recursos de órgãos extintos dentro de um mesmo ministério e a sustentação de recursos orçados para este ano com estimativa de inflação zero, quando na realidade até maio não houve uma revisão dos recursos orçados para protegê-los dos efeitos inflacionários.

A primeira versão da revisão da segunda parte do orçamento geral da União que será encaminhada a ministra da Economia vem sendo montada com a amortização de Cr\$ 400 bilhões em títulos da dívida pública mobiliária, de um total de 1,2 trilhão em títulos que estão vencendo neste ano. O restante dos títulos deverá ser rolando. O departamento do Tesouro Nacional vai pagar ainda Cr\$ 450 bilhões em encargos da dívida pública mobiliária, o que representará uma redução considerável. Pelo orçamento original o governo teria que desembolsar US\$ 25 bilhões com encargos da dívida pública mobiliária, mas serão necessários apenas US\$ 10 bilhões, devido à redução das taxas de juros e os efeitos do plano de estabilização da economia.

O tratamento da dívida externa sofrerá algumas alterações, como mudança nos critérios de concessão do aval para a dívida das estatais e a rolagem da dívida dos estados e municípios. Deverá constar no orçamento apenas Cr\$ 23 bilhões que já foram honrados pelo Tesouro Nacional para pagar o aval da dívida das estatais. A diferença para US\$ 3,5 bilhões da dívida externa das estatais que está vencendo neste ano a rolagem deverá ficar em contas de uma negociação entre os bancos externos credores e as empresas estatais.

A dívida externa dos estados e municípios, que têm aval do Tesouro Nacional, só será honrada pelo Tesouro Nacional se for pago US\$ 1,2 bilhão dos serviços da dívida que está vencendo. Para este ano os estados e municípios terão que pagar US\$ 2,3 bilhões da dívida externa, mas o Tesouro Nacional só vai fazer a rolagem de 53% deste valor, o que representa os US\$ 1,2 bilhão que tem que receber destes mesmos estados: ou seja o Tesouro Nacional não pretende emitir títulos ou utilizar seus recursos para cobrir aval da dívida externa de estatais e estados e municípios.